

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	215.600.280
Preferenciais	0
Total	215.600.280
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.062.242	1.048.955
1.01	Ativo Circulante	163.315	157.619
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.002	42.569
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.002	42.569
1.01.03	Contas a Receber	9.462	8.851
1.01.03.01	Clientes	9.462	8.851
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	9.456	8.851
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	6	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.394	719
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.394	719
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social a compensar	2.712	41
1.01.06.01.02	Tributos a compensar	682	678
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	104.457	105.480
1.01.08.03	Outros	104.457	105.480
1.01.08.03.02	Ativo de concessão	95.626	98.271
1.01.08.03.03	Outros créditos	8.831	7.209
1.02	Ativo Não Circulante	898.927	891.336
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	898.088	890.453
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	23.450	29.583
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	23.450	29.583
1.02.01.04	Contas a Receber	6.154	6.005
1.02.01.04.01	Clientes	6.154	6.005
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	868.484	854.865
1.02.01.10.03	Ativo de concessão	866.540	852.922
1.02.01.10.04	Outros ativos	1.944	1.943
1.02.03	Imobilizado	569	596
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	569	596
1.02.03.01.01	Imobilizado	569	596
1.02.04	Intangível	270	287
1.02.04.01	Intangíveis	270	287
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	270	287

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.062.242	1.048.955
2.01	Passivo Circulante	66.322	66.236
2.01.02	Fornecedores	754	1.720
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	754	1.720
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	754	1.720
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.780	11.240
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.780	11.240
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	1.701	1.725
2.01.03.01.03	PIS e COFINS diferidos	8.857	9.102
2.01.03.01.04	Encargos sociais e trabalhistas	222	413
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.067	44.289
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.542	25.870
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.542	25.870
2.01.04.02	Debêntures	17.525	18.419
2.01.04.02.01	Financiamento e debêntures	17.525	18.419
2.01.05	Outras Obrigações	10.721	8.987
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	207	320
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	207	320
2.01.05.02	Outros	10.514	8.667
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	207	207
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	683	1.200
2.01.05.02.05	Outras obrigações	9.624	7.260
2.02	Passivo Não Circulante	455.258	460.970
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	216.014	229.238
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	173.565	178.898
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	173.565	178.898
2.02.01.02	Debêntures	42.449	50.340
2.02.01.02.01	Financiamento e debêntures	42.449	50.340
2.02.03	Tributos Diferidos	238.497	230.991
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	238.497	230.991
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	158.354	152.107
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	80.143	78.884
2.02.04	Provisões	747	741
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	747	741
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	747	741
2.03	Patrimônio Líquido	540.662	521.749
2.03.01	Capital Social Realizado	215.600	215.600
2.03.04	Reservas de Lucros	306.149	306.149
2.03.04.01	Reserva Legal	18.059	18.059
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	258.245	258.245
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	29.845	29.845
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	18.913	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	34.760	38.897
3.01.01	Receita operacional líquida	34.760	38.897
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.787	-2.628
3.02.01	Custos	-2.787	-2.628
3.03	Resultado Bruto	31.973	36.269
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-674	-947
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-674	-947
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-674	-947
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.299	35.322
3.06	Resultado Financeiro	-5.481	-7.011
3.06.01	Receitas Financeiras	2.273	1.225
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.273	1.225
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.754	-8.236
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-7.754	-8.236
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.818	28.311
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.905	-7.697
3.08.01	Corrente	-658	-610
3.08.02	Diferido	-6.247	-7.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.913	20.614
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.913	20.614
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0877	0,0956
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0877	0,0956

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	18.193	20.614
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.193	20.614

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.337	18.072
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.233	-4.606
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.913	20.614
6.01.01.03	Receita de remuneração - Ativo contratual	-35.391	-39.009
6.01.01.04	Receita de O&M - Ativo contratual	-2.475	-2.469
6.01.01.05	PIS e COFINS diferido	1.014	1.358
6.01.01.06	Juros apropriados sobre financiamentos	5.448	5.305
6.01.01.07	Juros apropriados sobre debêntures	2.122	2.875
6.01.01.10	Provisões para contingências	6	270
6.01.01.11	Rendimento de aplicação vinculada	-979	-1.258
6.01.01.12	Impostos diferidos	6.247	7.087
6.01.01.13	Impostos correntes	658	610
6.01.01.14	Depreciação e amortização	43	34
6.01.01.15	Provisão de bônus e PLR	161	-23
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.484	23.166
6.01.02.01	Ativo contratual	26.893	26.798
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-754	-1.038
6.01.02.03	Partes relacionadas	-119	-189
6.01.02.07	Fornecedores	-966	-1.250
6.01.02.08	Obrigações fiscais	-24	-60
6.01.02.09	Taxas regulamentares	-517	47
6.01.02.10	Outras obrigações	2.364	2.115
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-416	-114
6.01.02.13	Outros impostos a recuperar	-3	17
6.01.02.14	Outros créditos	-1.622	-3.220
6.01.02.16	Encargos e obrigações trabalhistas	-352	60
6.01.03	Outros	-2.914	-488
6.01.03.01	Contribuição social paga	-2.914	-488
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-5.341
6.02.01	Aplicação em títulos e valores mobiliários	0	-13.313
6.02.02	Resgates em títulos e valores mobiliários	0	7.972
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.904	-12.728
6.03.01	Pagamento de principal de financiamento	-6.141	-5.531
6.03.02	Pagamento de principal de debêntures	-5.655	-5.046
6.03.03	Pagamento de juros de financiamento	-3.968	-4.313
6.03.04	Pagamento de juros de debêntures	-5.252	-5.034
6.03.05	Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	-5.090	-13.221
6.03.06	Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	12.202	20.417
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.433	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.569	3.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.002	3.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	215.600	0	306.149	0	0	521.749
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	215.600	0	306.149	0	0	521.749
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.913	0	18.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.913	0	18.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	215.600	0	306.149	18.913	0	540.662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	215.600	0	279.404	0	0	495.004
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	215.600	0	279.404	0	0	495.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.614	0	20.614
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.614	0	20.614
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	215.600	0	279.404	20.614	0	515.618

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	38.456	43.060
7.01.02	Outras Receitas	38.456	43.060
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	35.391	39.009
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	2.475	2.469
7.01.02.04	Outras receitas	590	1.582
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.556	-2.226
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.276	-2.101
7.02.04	Outros	-280	-125
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.900	40.834
7.04	Retenções	-43	-34
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43	-34
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.857	40.800
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.383	1.284
7.06.02	Receitas Financeiras	2.383	1.284
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.240	42.084
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.240	42.084
7.08.01	Pessoal	1.015	1.202
7.08.01.01	Remuneração Direta	641	646
7.08.01.02	Benefícios	187	516
7.08.01.03	F.G.T.S.	187	40
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.742	12.088
7.08.02.01	Federais	10.716	12.049
7.08.02.03	Municipais	26	39
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.570	8.180
7.08.03.01	Juros	7.570	8.180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.913	20.614
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.913	20.614

Comentário do Desempenho

Argo VI Transmissão de Energia S.A

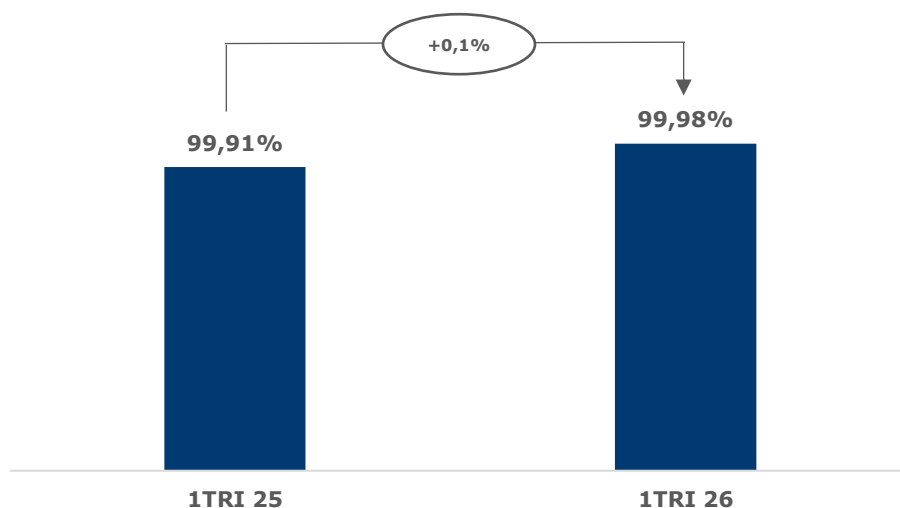
Comentários de Desempenho 31 de março de 2026 (1TRI 26)

Desempenho Operacional

Argo VI Transmissora de Energia S/A (Argo VI ou Companhia) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 9 anos de existência. Entre 2016 e 2018, as 7 subestações e 6 linhas de transmissão (490 km) licitada em 2014 entraram em operação comercial.

A RAP da Argo VI foi determinada em R\$ 48,8 milhões (valor histórico no Leilão) e atualizada para R\$ 108,2 milhões (valor para o ciclo 2025-2026), com recebimentos mensais, a partir das atualizações monetárias por IPCA.

A Companhia é remunerada pela disponibilização de seus ativos de transmissão por meio da Receita Anual Permitida ("RAP"), que está condicionada ao cumprimento dos níveis de disponibilidade e qualidade exigidos pelo órgão regulador. Eventuais indisponibilidades dos ativos ou da rede de transmissão podem resultar na redução da RAP por meio de descontos denominados Parcela Variável (PV). Assim sendo, a gestão da Companhia atua de forma preventiva e contínua, com foco na manutenção, monitoramento e eficiência operacional dos ativos, de forma a minimizar ocorrências de indisponibilidade e mitigar impactos negativos sobre a receita.



A disponibilidade registrada no 1TRI 26 (99,98%) apresentou melhora em comparação ao mesmo período do ano anterior (99,91%), em função de desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas no 1TRI 25, em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos pela ANEEL.

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

No 1TRI 26, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 34,8 milhões, uma redução de 10,6% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 38,9 milhões).

A Remuneração dos Ativos de Concessão totalizou R\$ 35,4 milhões no 1TRI 26, ante R\$ 39,0 milhões no 1TRI 25, representando uma redução de 9,3%, esta variação foi influenciada principalmente pelo menor índice de IPCA no período.

Por fim, a parcela Variável e outras deduções totalizou R\$ 0,6 milhões no 1TRI 26, uma redução de 62,7% se comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,6 milhões), impulsionada pela maior ocorrência de desligamentos no 1TRI 26.

Os Encargos Regulatórios e outras deduções apresentaram redução de 11,2% no 1TRI 26, reflexo do menor índice de IPCA no período de comparação, o que reduz a base de cálculo dessas obrigações.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Operação e Manutenção	2.475	2.469	0,2%
Remuneração dos ativos de concessão	35.391	39.009	-9,3%
Parcela Variável e outras deduções	590	1.582	-62,7%
Encargos regulatórios e tributários	(3.696)	(4.163)	-11,2%
Receita Operacional Líquida	34.760	38.897	-10,6%

Custos e Despesas

No 1TRI 26, os Custos e Despesas (D&A) apresentaram redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciados pelas seguintes variações: (i) redução de 23,5% na linha de Pessoal, decorrente do menor pagamento de PLR aos colaboradores no ano de 2026; (ii) redução de 10,1% na linha de Serviços de Terceiros decorrente da redução de despesas com viagens no período (iii) a linha de "Outros" apresentou redução de 298,6% decorrente de ajustes contábeis no período.

Não houve investimentos (custo de construção) na Companhia nos períodos informados.

Custos e D&A (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Serviços de Terceiros	(2.152)	(2.393)	-10,1%
Custo de Construção	-	-	0,0%
Pessoal	(1.017)	(1.329)	-23,5%
Outros	(292)	147	-298,6%
Custos e Despesas	(3.461)	(3.575)	-3,2%

Comentário do Desempenho

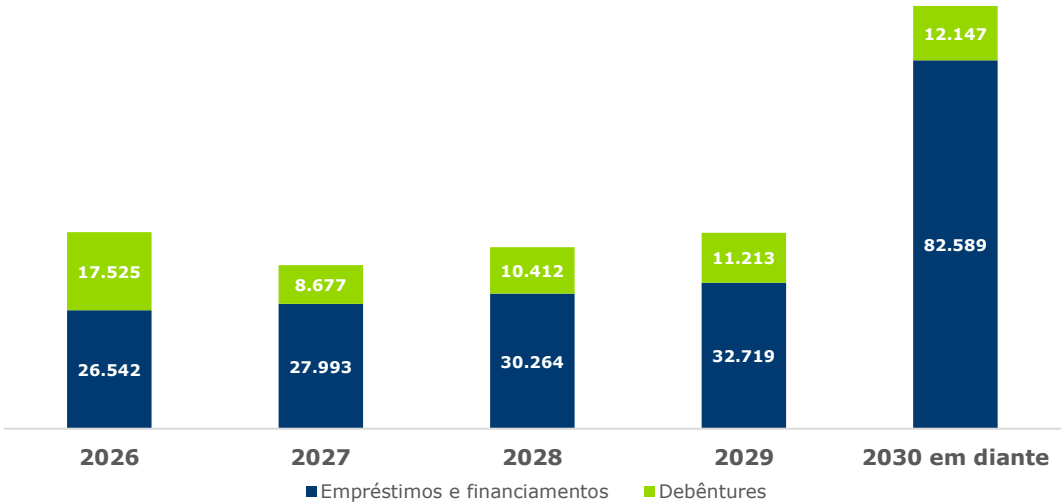
Endividamento

Em março de 2026, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 190,6 milhões, redução de 5,3% em relação a dezembro de 2025 (R\$ 201,4 milhões) seguindo o fluxo de amortização dos contratos vigentes.

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 83,1% (R\$ 216,0 milhões) no longo prazo e 16,9% (R\$ 44,1 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 76,9% dos títulos estão atrelados ao TJLP e 23,1% estão vinculados ao IPCA somados a taxa pré-fixada.

Endividamento			
(Em milhares de reais)	Mar/26	Dez/25	Δ%
Empréstimos e financiamentos	200.107	204.768	-2,3%
Debêntures	59.974	68.759	-12,8%
Dívida Bruta	260.081	273.527	-4,9%
Caixa e Aplicações Financeiras	(69.452)	(72.152)	-3,7%
Dívida Líquida	190.629	201.375	-5,3%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano da dívida consolidada.



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do 1TRI 26 foi de R\$ 5,5 milhões, redução de 21,8% em comparação ao 1TRI 25 (R\$ 7,0 milhões). Esta variação reflete, principalmente, (i) a maior receita financeira devido a um saldo de caixa e aplicações financeiras maiores que o período anterior e (ii) menor pagamento de despesas financeiras devido ao menor índice de IPCA.

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Receitas de aplicações financeiras	2.268	1.258	80,3%
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(110)	(59)	86,4%
Outras receitas financeiras	115	26	342,3%
Receitas Financeiras	2.273	1.225	85,6%
Juros e variação monetária	(7.570)	(8.180)	-7,5%
Outras despesas financeiras	(184)	(56)	228,6%
Despesas Financeiras	(7.754)	(8.236)	-5,9%
Resultado Financeiro	(5.481)	(7.011)	-21,8%

Lucro Líquido

No 1TRI 26, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 18,9 milhões, uma redução de 8,3% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 20,6 milhões), reflexo, principalmente, da menor receita líquida no período, influenciada pelo recuo do índice do IPCA.

Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Argo VI Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações Gerais

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Argo VI" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o registro na categoria B, sendo o pedido diferido em 21 de março de 2022.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

A Argo VI teve um investimento total de aproximadamente R\$ 545.960. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 100.550 (valor para o ciclo 2025-2026), conforme resolução homologatória número 3.475, de 17 de junho de 2025, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Resolução Homologatória nº 3.475/25 – Revisão Tarifária Periódica

Em 17 de junho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.475/25, que estabeleceu o resultado das revisões tarifárias periódicas da Companhia a partir de julho/2025. Para as receitas ofertadas no leilão tivemos o percentual de reposicionamento de -0,26% e para as receitas oriundas dos reforços o percentual definido foi de 12,40%.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Companhia preparou as informações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 14 de maio de 2026.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários e fundos vinculados – caixa restrito). O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua e anual. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) **Ativo da concessão:** a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) **As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de:** (i) construção de reforços e melhorias da infraestrutura existente ; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) **Avaliação de instrumentos financeiros:** são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 17).

Notas Explicativas

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, publicadas em 29 de janeiro de 2026, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Conta corrente bancária	3.352	4.079
Aplicações financeiras (*)	42.650	38.490
Total	46.002	42.569

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em CDB, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,20% do CDI em 31 de março de 2026 (100,68% em 31 de dezembro de 2025)

Notas Explicativas

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Fundos vinculados - Caixa restrito

	31/03/2026	31/12/2025
Conta Reserva (**)	23.450	29.583
Total	23.450	29.583

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 31 de março de 2026, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 99,15% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2026 (99,10% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

6 Contas a receber de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	15.610	14.856
Total	15.610	14.856

Em 31 de março de 2026, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/03/2026	31/12/2025
Títulos a vencer	8.922	8.077
Títulos vencidos em até 30 dias	500	12
Títulos vencidos em até 90 dias	34	762
Títulos vencidos há mais de 90 dias	6.154	6.005
	15.610	14.856
Classificado como:	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	9.456	8.851
Não circulante	6.154	6.005

(*) O montante de R\$ 6.154 classificado no ativo não circulante, está relacionado a títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento da multa rescisória do contrato de uso do sistema e transmissão (CUST), cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.". O saldo comparativo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 6.005.

Notas Explicativas

7 Ativo da concessão**7.1 Composição do ativo da concessão (saldos acumulados)**

	31/03/2026	31/12/2025
Receita de construção	699.639	699.639
Receita de remuneração do ativo de concessão	904.842	869.451
Revisão tarifária periódica	(48.636)	(48.636)
Recebimentos	(593.679)	(569.261)
Total	962.166	951.193
Circulante	95.626	98.271
Não circulante	866.540	852.922

7.2 Margens de obrigações e performance

	31/03/2026	31/03/2025
Margem de O&M		
Receita	2.475	2.469
Custos	(2.787)	(2.628)
Margem (R\$)	(312)	(159)
Margem Percebida (%)	-13%	-6%

7.3 Movimentação dos saldos do ativo da concessão

Saldos em 31 de dezembro de 2024	978.637
Remuneração do ativo de concessão	39.009
Recebimentos	(24.329)
Saldos em 31 de março de 2025	993.317
Saldos em 31 de dezembro de 2025	951.193
Remuneração do ativo de concessão	35.391
Recebimentos	(24.418)
Saldos em 31 de março de 2026	962.166

Notas Explicativas

8 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES
Saldos em 31 de dezembro de 2024	222.494
Juros e variação monetária	5.305
Pagamentos Principal	(5.531)
Pagamentos Juros	(4.313)
Saldos em 31 de março de 2025	217.955
Saldos em 31 de dezembro de 2025	204.768
Juros e variação monetária	5.448
Pagamentos Principal	(6.141)
Pagamentos Juros	(3.968)
Saldos em 31 de março de 2026	200.107

Classificado como:	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	26.542	25.870
Não Circulante	173.565	178.898

Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou um contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A, B, C, D, E são pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação está prevista para 15 de agosto de 2032.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2026
2027	27.993
2028	30.264
2029	32.719
2030 em diante	82.589
Total	173.565

Notas Explicativas

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Informações Financeiras Intermediárias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

9 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	Debêntures	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.738	
Juros e variação monetária	2.875	
Pagamentos Principal	(5.046)	
Pagamentos Juros	(5.034)	
Saldos em 31 de março de 2025	73.533	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	68.759	
Juros e variação monetária	2.122	
Pagamentos Principal	(5.655)	
Pagamentos Juros	(5.252)	
Saldos em 31 de março de 2026	59.974	
Classificado como:	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	17.525	18.419
Não Circulante	42.449	50.340

Notas Explicativas

Em 09 de novembro de 2017, a Argo VI realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,7968% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão. As debêntures são pagas semestralmente e a primeira amortização do principal ocorreu em 16 de setembro de 2019 e o primeiro pagamento da remuneração ocorreu em 15 de setembro de 2018.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2026</u>
2027	8.677
2028	10.412
2029	11.213
2030 em diante	12.147
Total	<u>42.449</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Informações Financeiras Intermediárias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,20 (um inteiro e dois décimos).

Notas Explicativas

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em exercícios de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

10 Tributos indiretos diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gloss up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

A movimentação em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Constituição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/03/2026
PIS e COFINS diferidos	9.102	185	(2.488)	2.058	8.857
Tributos indiretos diferidos	78.884	3.317	-	(2.058)	80.143
Total	87.986	3.502	(2.488)	-	89.000
Classificado como:					
Circulante	9.102				8.857
Não Circulante	78.884				80.143

Notas Explicativas

11 Provisões e contingências

11.1 Contingências prováveis

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de março de 2026, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 747 (R\$ 741 em 31 de dezembro de 2025).

11.2 Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Os litígios e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 23.009 (R\$ 22.362 em 31 de dezembro de 2025).

12 Partes relacionadas

Parte relacionada	Vigência	31/03/2026		31/12/2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos					
Argo Transmissão de Energia	31/07/2029	6	207	-	320
Dividendos					
Argeb		-	207	-	207
		6	414	-	527

12.1 Remuneração da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia são pagas pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 130 em 31 de março de 2026 (R\$ 158 em 31 de março de 2025).

Notas Explicativas

13 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 215.600.280 tendo sido integralizados 215.600.280 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	215.600.280	100%	215.600.280	100%

13.1 Reservas de lucros

13.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

13.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0226/2023, em substituição ao laudo de nº 0130/2018, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 01 de novembro de 2023 foi garantido à Argo VI pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O exercício de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

13.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em dezembro de 2025, a Companhia deliberou R\$ 207 a título de dividendos mínimos obrigatórios, com expectativa de pagamento até 31 de julho de 2026.

Notas Explicativas**14 Receita operacional líquida**

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de remuneração do ativo da concessão	35.391	39.009
Receita de operação e manutenção	2.475	2.469
Parcela variável e outras deduções	590	1.582
Receita operacional bruta	38.456	43.060
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(1.015)	(1.358)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(2.338)	(2.451)
(-) Encargos regulatórios	(343)	(354)
Receita operacional líquida	34.760	38.897

15 Custos e despesas por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(2.152)	(2.393)
Pessoal	(1.017)	(1.329)
Arrendamentos e aluguéis	(22)	(27)
Depreciação e Amortização	(43)	(34)
Seguros	(66)	(46)
Tributos	(26)	(39)
Materiais	(36)	(24)
Provisão para Contingência	-	389
Outros	(99)	(72)
Total	(3.461)	(3.575)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(2.787)	(2.628)
Despesas gerais e administrativas	(674)	(947)

Notas Explicativas

16 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	2.268	1.258
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(110)	(59)
Outras receitas financeiras	115	26
Total	2.273	1.225
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(5)	(3)
Juros e variação monetária	(7.570)	(8.180)
Outras despesas financeiras	(179)	(53)
Total	(7.754)	(8.236)
Resultado financeiro	(5.481)	(7.011)

17 Imposto de renda e contribuição social

17.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	25.818	28.311
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(8.778)	(9.626)
Incentivos Fiscais (*)	1.822	1.812
Adições e Exclusões Permanentes	27	-
Outros ajustes	24	117
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(6.247)	(7.087)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(658)	(610)
Alíquota efetiva	27%	27%

(*)Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a atividade de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

17.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.078	(191.274)	(148.196)
Utilização de sobre prejuízo fiscal (a)	-	-	-
Contratos de concessão (b)	1.352	(8.439)	(7.087)
Saldos em 31 de março de 2025	44.430	(199.713)	(155.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	44.362	(196.469)	(152.107)
Utilização de sobre prejuízo fiscal (a)	-	-	-
Contratos de concessão (b)	1.057	(7.304)	(6.247)
Saldos em 31 de março de 2026	45.419	(203.773)	(158.354)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

18 Resultado por ação

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do período	18.913	20.614
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	215.600.280	215.600.280
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0877	0,0956

Notas Explicativas

19 Instrumentos financeiros

19.1 Hierarquia do valor justo

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Hierarquia	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4	2	46.002	42.569	46.002	42.569
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	23.450	29.583	23.450	29.583
Total			69.452	72.152	69.452	72.152
Custo amortizado:						
Contas a receber de clientes	6		15.610	14.856	15.610	14.856
Pates relacionadas	12		6	-	6	-
Outros ativos			8.831	7.209	8.831	7.209
Total Ativo			24.447	22.065	24.447	22.065
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores		2	754	1.720	754	1.720
Partes relacionadas	12	2	207	320	207	320
Dividendos a pagar			207	207	207	207
Empréstimos e Financiamentos	8	2	200.107	204.768	200.107	204.768
Debêntures	9	2	60.123	68.660	59.974	68.759
Outros passivos		2	9.624	7.260	9.624	7.260
Total Passivo			271.022	282.935	270.873	283.034

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das Informações Financeiras Intermediárias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Notas Explicativas

19.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das Informações Financeiras Intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das Informações Financeiras Intermediárias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento.

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

19.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2026, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$15.610 (R\$14.856 em 31 de dezembro de 2025).

19.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

19.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Notas Explicativas

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) empréstimos e financiamentos; e (iv) debêntures.

19.2.4. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2026, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	754	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.542	27.993	30.264	115.308
Debêntures	17.525	8.677	10.412	23.360
Contas a pagar - partes relacionadas	207	-	-	-
Total	45.028	36.670	40.676	138.668

19.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2026, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2026, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das Informações Financeiras Intermediárias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,90% ao ano, para o IPCA, é de 4,51% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março de 2026 é de 8,98% ao ano.

Notas Explicativas

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	46.002	5.474	4.106	2.737
Fundos restritos	Redução do CDI	23.450	2.791	2.093	1.396
Total		69.452	8.265	6.199	4.133
Empréstimos e					
Financiamentos	Aumento da TJLP	200.107	17.970	13.478	8.985
Debêntures	Aumento do IPCA	60.123	2.712	2.034	1.356
Total		260.230	20.682	15.512	10.341

20 Seguros

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Informações Financeiras Intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

21 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Compensação de IRPJ	1.878	1.812

Notas Explicativas

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Welton Souza
Controller
CRC SP321013/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Argo VI Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo VI Transmissão de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem os Comentários de Desempenho.

Nossa conclusão sobre as informações intermediárias não abrange os Comentários de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler os Comentários de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nos Comentários de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações